



INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1327 - 01 de setembro de 2016



·IMPRESSO·

Dia de garantir nosso

EMPREGO

Após cobrança da Intercel, Diretoria da Celesc garantiu que Garantia de Emprego será debatida nesta 2ª rodada de negociação do ACT 2016/17



INTERCEL E CONSELHEIRO ELEITO DEFENDEM CELESC PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMPRESA SE NEGA A REVER CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO PGC



Dia de garantir nosso

EMPREGO

Diretoria da Celesc garantiu que cláusula de garantia de emprego será debatida nesta 2ª Rodada de negociação do ACT 2016/17

Esta quinta-feira, dia 1º, é decisiva para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17. Apesar de ser apenas a segunda das 4 rodadas confirmadas, a negociação desta tarde traz para o centro do debate a cláusula mais importante para os trabalhadores: a garantia de emprego.

A cláusula 3ª do Acordo Coletivo determina que a Celesc não pode realizar demissões imotivadas sem que certos ritos sejam seguidos: sindicância e inquérito administrativo com a participação dos sindicatos da Intercel. Mais do que evitar uma demissão em massa, ou arbitrariedades políticas em uma empresa que é, essencialmente, política por ser pública, a garantia de emprego é a tranquilidade de que nenhum trabalhador perderá seu emprego por perseguição ou questões financeiras. É óbvio que algumas pessoas se incomodam com isso. Acionistas não gostam de não ter o poder de demitir pessoas. Chefias incompetentes, que não fazem o trabalho de gestão e não assumem a responsabilidade, tem a tendência de criticar a garantia, dizendo que ela defende vagabundo. Não defende não. Existem forma de por para fora da empresa quem não merece o emprego. O que falta é que as chefias façam seu trabalho, seguindo os ritos corretos. Talvez por isso corre o boato que os sindicatos hoje mandam na Celesc. Uma pena

"A garantia de emprego é nossa maior arma. É uma arma contra a privatização. É uma arma para alcançar as metas da concessão"

que não é verdade. A verdade é que, quando o chefe não faz seu trabalho, o sindicato aparece. E, se for preciso, defende os ritos corretos que as cláusulas do ACT determinam. Pois, o ACT é nossa lei. E, dentro dessa lei, a garantia de emprego é nossa maior arma. É uma arma contra

a privatização. É uma arma para alcançar as metas da concessão. É uma arma para continuarmos unidos e na luta por uma empresa pública que respeite e atenda com qualidade a sociedade. Por ser tão importante para os trabalhadores, ela sempre foi alvo. Ano passado, na negociação do ACT, a Celesc tentou utilizá-la para barganhar o pior acordo coletivo da história. Oferecendo reajuste zero, corte e congelamento de benefícios, a Diretoria apresentava que, para este pacote de maldades, "concederiam" generosamente a renovação da garantia de emprego. Péssima estratégia.

A garantia de emprego é negociável. Não se barganha com ela. Não se muda. Ela só tem que ser renovada. É isso que os trabalhadores esperam da rodada de hoje. Que a diretoria respeite o direito histórico dos trabalhadores. Que o emprego dos celesquianos esteja garantido. Esta é a única possibilidade para a continuidade da negociação coletiva.

UM POUCO DA História de luta



A garantia de emprego é a base do Acordo Coletivo dos trabalhadores da CELESC, é talvez a única cláusula que tem o poder de mobilizar a categoria instantaneamente, sem necessidade de grande esforço persuasivo dos dirigentes sindicais. Na década de noventa ocorreram várias greves que tinham como carro chefe este direito. Algumas se arrastaram por semanas até que o direito fosse restabelecido. Quem viveu aquele período deve lembrar do impasse ocorrido em torno de uma redação apresentada pela diretoria que punha em dúvida a interpretação e enfraquecia o direito. Foi a greve do e/ou. A diretoria queria que no texto constasse a permissão para demitir empregados por motivos técnicos, administrativos ou financeiros e os trabalhadores queriam que fosse por motivos técnicos, administrativos e financeiros. Após uma forte mobilização o 'e' prevaleceu. Sem dúvida uma demonstração inequívoca do apreço que os trabalhadores têm por esse direito.

EMPRESA SE NEGA A REVER CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO PGC

Regras utilizadas na aplicação do Plano de Gestão de Carreiras prejudicou mais de 100 trabalhadores

Muitos trabalhadores que deveriam ser abrangidos pela aplicação do PGC em suas duas edições, estão prejudicados em suas carreiras devido aos critérios de aplicação do Programa não terem seguido corretamente as regras do SGD e do PCS. A Intersul vem cobrando insistentemente da Empresa uma posição sobre o assunto e, em reunião no dia 24 de agosto, o Diretor Administrativo, Laércio Farias e o DGP realizaram uma apresentação aos dirigentes sindicais sobre o assunto. Durante a apresentação a empresa informou o número de pessoas atingidas pelo programa, o número de movimentações e enalteceram o PGC como instrumento de alavancagem na carreira, afirmando que ele foi concebido e executado de acordo com as regras do SGD

e o PCR. Na oportunidade, os sindicatos reiteraram a argumentação já apresentada, de que as regras para movimentação, especialmente para o avanço de empregados de Nível de Complexidade II para o III divergem do estabelecido no PCR, prejudicando um grupo de empregados. A empresa informou que mais de 100 trabalhadores se enquadram na situação apontada pelos sindicatos, mas reafirmou que o PGC não sofrerá qualquer ajuste. Essa posição foi questionada pela Intersul, que reforçou a necessidade de rever a aplicação em favor destes trabalhadores. Esgotadas todas as possibilidades de uma solução negociada, resta aos trabalhadores, apoiados pelos seus sindicatos, procurar uma solução no campo jurídico.

HORÁRIO DE VERÃO

Na mesma reunião a Intersul argumentou favoravelmente à implantação de um horário temporário de verão para os trabalhadores das áreas de manutenção de linhas de transmissão. Para os sindicatos, a redução da jornada de 8 para 6 hora, no período do verão, além de minimizar os desgastes decorrentes das altas temperaturas poderá ensejar economia para empresa, por reduzir o tempo utilizado para deslocamentos e refeições, quando no trabalho em trecho. Lembraram ainda que esta escala de horário já é praticada em diversas empresas, como a Celesc e cooperativas do sul do estado, com resultados bastante positivos.

MIGRAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS TRABALHADORES PARA A ELOSAÚDE É QUESTIONADA

Sindicatos da Intersul questionam Diretor administrativo da Eletrosul sobre alteração em normas do plano de saúde

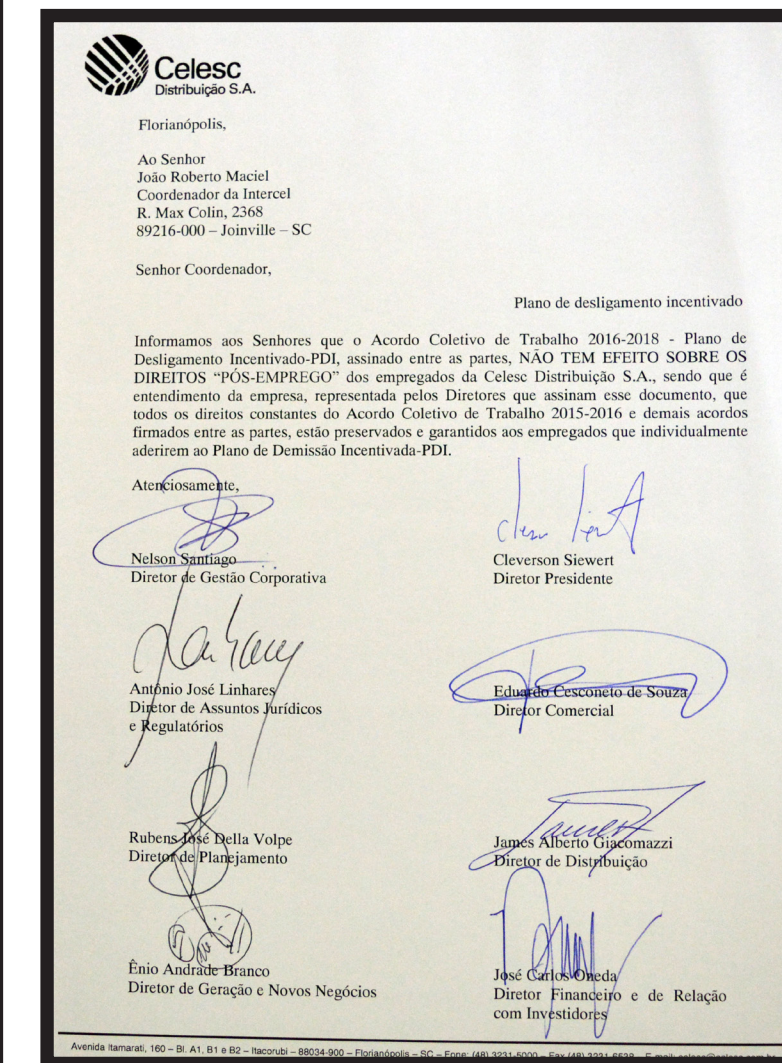
Em reunião solicitada pela Intersul e realizada no dia 25 de agosto à tarde, o Diretor Administrativo da Eletrosul, Laércio Farias afirmou que a norma de gestão do plano de saúde da empresa será alterada e todos trabalhadores, num prazo ainda indefinido, deverão ser transferidos do Plano de Saúde próprio da Eletrosul para o Plano de Saúde administrado pela Elosaúde.

Cabe destacar que a Eletrosul não formalizou essa informação, que já está circulando nos corredores, nem procurou os sindicatos para discutir o assunto. Mesmo na reunião do dia 24, relatada em nota neste Linha Viva, não houve qualquer menção a essa possibilidade, o que caracteriza desconsideração e desrespeito com os empregados. Os Sindicatos que compõem a Intersul, então, buscaram essa nova agenda para tratar especificamente do assunto, deixando clara sua posição: Não será aceita a transferência compulsória dos trabalhadores para o Plano de Saúde da Elosaúde. No entendimento dos sindicatos esta Norma de Gestão não poderá ser alterada, pois está sob a proteção do Acordo Coletivo de Trabalho.

A Intersul acredita ainda que o Elosaúde deve ser fortalecido mas reitera que os trabalhadores não aceitarão a retirada de direitos garantidos em ACT. Os sindicatos lembraram ainda que, de acordo com pesquisa de avaliação do clima organizacional, um dos itens mais relevantes para a satisfação e bem estar dos trabalhadores na empresa é justamente o plano de saúde. Desta forma, sob qualquer argumento que possa ser utilizado, a tentativa da Empresa de extinção do plano de saúde próprio é incompreensível e será combatida exemplarmente pelos trabalhadores.

DIREITOS GARANTIDOS

Diretoria da Celesc assina termo garantindo benefícios pós-emprego dos celesquianos



A diretoria da Celesc entregou assinado para a Intercel o termo de compromisso garantindo a continuidade dos benefícios pós-emprego para os trabalhadores que saírem da empresa por meio do Plano de Demissão Incentivada (PDI). Com a assinatura do termo, os sindicatos da Intercel também assinaram o Acordo Coletivo do PDI, dando legitimidade ao plano já lançado.

PLR SERÁ DEFINIDA EM ASSEMBLEIAS

Proposta é resultado da mobilização da categoria

Como resultado da paralisação dos trabalhadores no dia 16, a Diretoria da Celesc encaminhou uma nova proposta para a Participação nos Lucros e Resultados 2016. Resultado direto da mobilização da categoria, a nova proposta será apreciada pelos celesquianos em assembleias realizadas pelos sindicatos que compõem a Intercel nos dias 5 e 6 de setembro, próximas segunda e terça-feira.

INTERCEL E CONSELHEIRO ELEITO DEFENDEM CELESC PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Dirigentes sindicais participaram de Audiência Pública, em Brasília

Após reunião com o Deputado Federal Pedro Uczai (PT), dirigentes sindicais dos sindicatos da Intercel participaram ao lado do Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes da Silva, da audiência pública que debateu a Medida Provisória 735. Realizada na quarta-feira, dia 31, no Senado Federal, em Brasília, a audiência abriu espaço para o debate da MP que facilita a privatização do setor elétrico. A polêmica medida recebeu 127 propostas de emendas e será debatida por uma comissão mista composta por Deputados Federais e Senadores. Na audiência pública, Leandro Nunes utilizou a palavra no plenário para defender a aprovação da emenda 87, que flexibiliza as metas da concessão, sem a necessidade de troca do controle acionário. Ou seja, a emenda defende que as empresas que justifiquem a necessidade podem ter as metas flexibilizadas, mediante a apresentação de um plano de ação junto ao órgão regulador. A emenda beneficiaria a luta pela manutenção da Celesc Pública.

Buscando apoio político dos parlamentares catarinenses, os sindicatos e o conselheiro eleito conseguiram, com apoio da diretoria da empresa que também defende a aprovação da emenda, uma reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense. Composto pelos deputados federais e senadores de SC, o Fórum debate uma atuação conjunta em prol do estado. A reunião será no dia 13 de setembro, em Brasília.

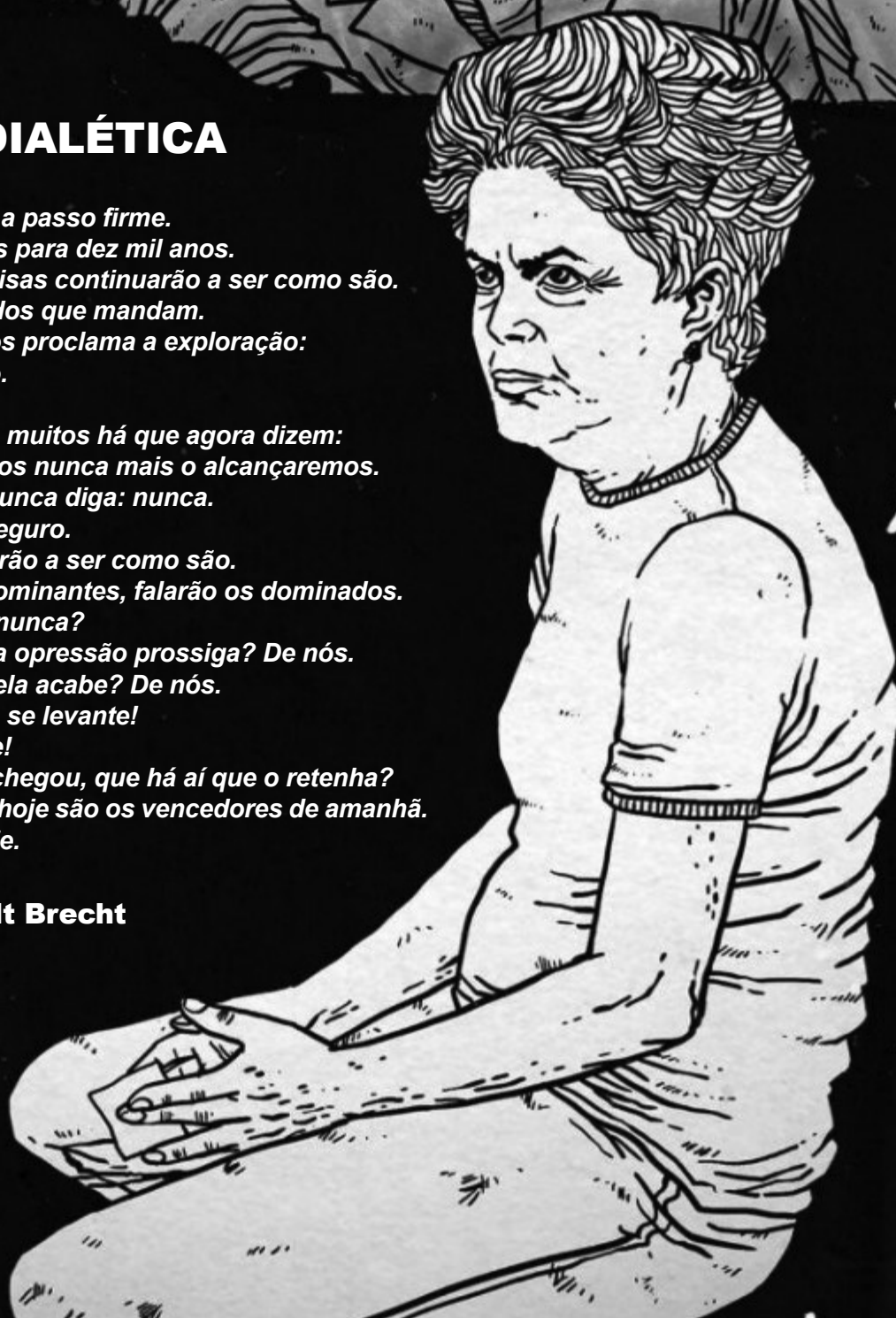


ELOGIO DA DIALÉTICA

*A injustiça avança hoje a passo firme.
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são.
Nenhuma voz além da dos que mandam.
E em todos os mercados proclama a exploração:
Isto é apenas o começo.*

*Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem:
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.
Quem ainda está vivo nunca diga: nunca.
O que é seguro não é seguro.
As coisas não continuarão a ser como são.
Depois de falarem os dominantes, falarão os dominados.
Quem pois ousa dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga? De nós.
De quem depende que ela acabe? De nós.
O que é esmagado, que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe e o que se chegou, que há aí que o retenha?
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.
E nunca será: ainda hoje.*

Bertolt Brecht



VITORT,
& BRASIL
DE FATO!
'2016'